

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025



Copel Comercialização S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia
CNPJ nº 19.125.927/0001-86



2025 Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

Mensagem do Diretor Geral

Em 2025, a Copel Comercialização S.A. fortaleceu presença comercial no estado do Paraná e ampliou sua atuação em outras regiões do Brasil, apoiada por uma agenda de marketing consistente e por práticas aprimoradas de atendimento ao cliente, aproveitando sinergias importantes dentro do Grupo Copel. Adicionalmente, a reestruturação nos sistemas de contabilização e faturamento, implementada em 2024 contribui para uma maior eficiência nas operações de backoffice da Companhia. A adoção de sistemas integrados também elevou a qualidade da gestão contratual e do atendimento pós-venda, especialmente estruturado para atender às demandas crescentes do mercado varejista.

A conclusão da revisão de processos e da remodelagem das operações comerciais, resultou em melhorias significativas no fluxo de tomada de decisões, mitigando riscos inerentes ao negócio, como volatilidade de preços, risco hidrológico, risco de crédito, entre outros, permitindo a otimização da comercialização da energia proveniente do amplo portfólio de geração do Grupo Copel.

O EBITDA recorrente totalizou R\$ 36,1 milhões, refletindo a efetividade da gestão estratégica adotada na comercialização de energia.

Ainda no ano de 2025, o Grupo Copel conduziu uma ampla revisão de sua cultura organizacional, fundamental para apoiar o momento de transformação vivido pela Companhia. Esse movimento reforça as prioridades que irão orientar a organização rumo ao futuro, em alinhamento com seu planejamento estratégico de longo prazo.

Encerramos 2025 com uma operação sólida, reafirmando nossa posição como uma comercializadora moderna, eficiente e preparada para os desafios do negócio.

Rodolfo Moraes Fontes Lima
Diretor Geral

Copel Comercialização S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia
CNPJ nº 19.125.927/0001-86

7. Desempenho econômico-financeiro

7.1. Receita Operacional Líquida

			Variação	
	2025	2024	R\$	%
Fornecimento de energia elétrica	1.576,3	1.902,2	(325,8)	(17,1)
Suprimento de energia elétrica	2.799,2	1.663,0	1.136,2	68,3
Valor justo compra e venda de energia	18,6	—	18,6	—
Outras receitas operacionais	8,2	3,3	4,9	149,9
Total	4.402,3	3.568,5	833,9	23,4

A variação na Receita Operacional Líquida, que apresentou crescimento de R\$ 833,9 milhões (23,4%) em relação ao exercício anterior, decorreu principalmente dos seguintes fatores:

1) redução de 17,1% na receita de Fornecimento de energia elétrica em função da redução do mercado e dos preços na venda para consumidores livres;

2) aumento de 68,3% na receita de Suprimento de energia elétrica, sobretudo pelo crescimento do faturamento com contratos bilaterais; e

3) receita com valor justo dos contratos de compra e venda de energia (marcação a mercado), apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia. Em 2024 o efeito foi negativo, registrado no custo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

			Variação	
	2025	2024	R\$	%
Energia elétrica comprada para revenda	(4.310,1)	(3.488,1)	(822,1)	23,6
Valor justo compra e venda de energia	—	(36,6)	36,6	—
Pessoal e administradores	(20,8)	(14,5)	(6,4)	43,4
Planos previdenciário e assistencial	(1,7)	(1,7)	—	—
Material	(0,3)	(0,1)	(0,2)	200,0
Serviços de terceiros	(4,1)	(4,6)	0,5	(10,9)
Depreciação e amortização	(1,9)	(1,7)	(0,1)	11,8
Provisão para litígios	(0,2)	0,2	(0,4)	(200,0)
Perdas de créditos esperadas	(1,6)	(1,0)	(0,6)	60,0
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(8,7)	(5,4)	(3,3)	61,1
Total	(4.349,5)	(3.553,6)	(795,9)	22,4

Os custos e despesas operacionais tiveram aumento de 795,9 milhões (22,4%), decorrente principalmente de:

1) aumento de 23,6% nos custos com energia elétrica comprada para revenda para fazer frente aos maiores volumes vendidos, influenciados por condições de mercado e custos da energia contratada;

2) custo com valor justo dos contratos de compra e venda de energia (marcação a mercado) não recorrente em 2025, quando o efeito foi positivo, registrado na receita;

3) aumento de 43,4% em Pessoal e Administradores, devido à con-

tinuidade do processo de reestruturação da comercializadora;

4) aumento de 61,1% na linha Outros Custos e Despesas Operacionais, pelos custos com contribuições associativas compulsórias, certificação de energia renovável e aluguel de software.

7.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou redução de R\$ 3,4 milhões decorrente principalmente do decréscimo nas receitas financeiras, que totalizaram R\$ 37,7 milhões em 2025 (redução de 8,3% em relação a 2024), especialmente pela queda de 13,18% na renda de aplicações financeiras.

7.4. Ebitda

EM R\$ MILHÕES	2025	2024	Δ%
Lucro líquido	67,6	44,1	53,3%
IRPJ e CSLL diferidos	6,9	(7,8)	—
IRPJ e CSLL	15,4	19,1	(19,4%)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(37,1)	(40,5)	(8,4%)
Lajir/Ebit	52,8	14,9	254,4%
Depreciação e Amortização	1,9	1,7	11,8%
Lajida/Ebitda	54,7	16,6	229,5%
Itens não recorrentes			
(-/+ Valor justo na compra e venda de energia	(18,6)	36,6	—
(-/+ Plano de Demissão Voluntária	—	0,2	(100,0%)
Lajida/Ebitda Recorrente	36,1	53,4	(32,4%)

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* - Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O EBITDA totalizou R\$ 54,7 milhões em 2025, um aumento de 229,5%, representando R\$ 38,1 milhões, com margem EBITDA de

1,2% em 2025 comparada a 0,5% na margem EBITDA de 2024, demonstrando um crescimento de 0,7 pp., em função basicamente da estratégia de comercialização de energia, que combina a modulação eficiente dos recursos do portfólio, a identificação de janelas de oportunidade com preços atrativos.

7.5. Lucro Líquido

Em 2025, o lucro líquido foi de R\$ 67,6 milhões, sendo (53,3%) superior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 44,1 milhões. O aumento decorre da variação do EBITDA, além das variações no imposto de renda e Contribuição social.

8. Performance Esg

A Copel Comercialização, como subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

No aspecto ambiental, a descarbonização, adaptação e resiliência climática, biodiversidade e eficiência são direcionadores para projetos e iniciativas, como o Plano de Neutralidade de Carbono, pelo qual a Companhia adota medidas para neutralizar sua emissão direta de carbono até 2030, reforçando seu compromisso no combate às mudanças climáticas.

No campo social, o pilar Pessoas é central, com foco na saúde e segurança dos colaboradores, direitos humanos e diversidade. A Copel valoriza a promoção de um ambiente de trabalho saudável, com meta de zero acidentes fatais, atuando de forma justa e inclusiva com colaboradores e partes interessadas, além de fortalecer o engajamento com as comunidades.

Na governança, a Copel adota uma abordagem estruturada e transparente, com destaque para o Programa de Integridade, que é fundamentado no Código de Conduta e alinhado aos princípios do Pacto Global. O programa desenvolve ações voltadas à prevenção de riscos, à promoção de uma cultura ética e ao engajamento contínuo dos colaboradores. A Companhia também mantém uma gestão robusta de riscos e controles internos, assegurando a conformidade com normas e regulamentos e fortalecendo a governança em todos os níveis organizacionais.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]³, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

Dessa forma, a Companhia integra sua estratégia de forma transversal, comprometida com o desenvolvimento sustentável, a geração de valor para a sociedade e o fortalecimento da governança corporativa.

8.1. Gestão da Sustentabilidade

A Copel gerencia a sustentabilidade por meio de áreas especializadas voltadas para as temáticas ESG. A Holding estabelece diretrizes corporativas que são disseminadas em toda a empresa, incluindo suas subsidiárias, por meio de políticas e normas abrangentes.

O desempenho em sustentabilidade é monitorado internamente e avaliado por meio de índices especializados, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e o *Corporate Sustainability Assessment* (CSA) da S&P Global. Esses indicadores permitem comparações com outras empresas e fornecem insights para a melhoria contínua nas dimensões ESG.

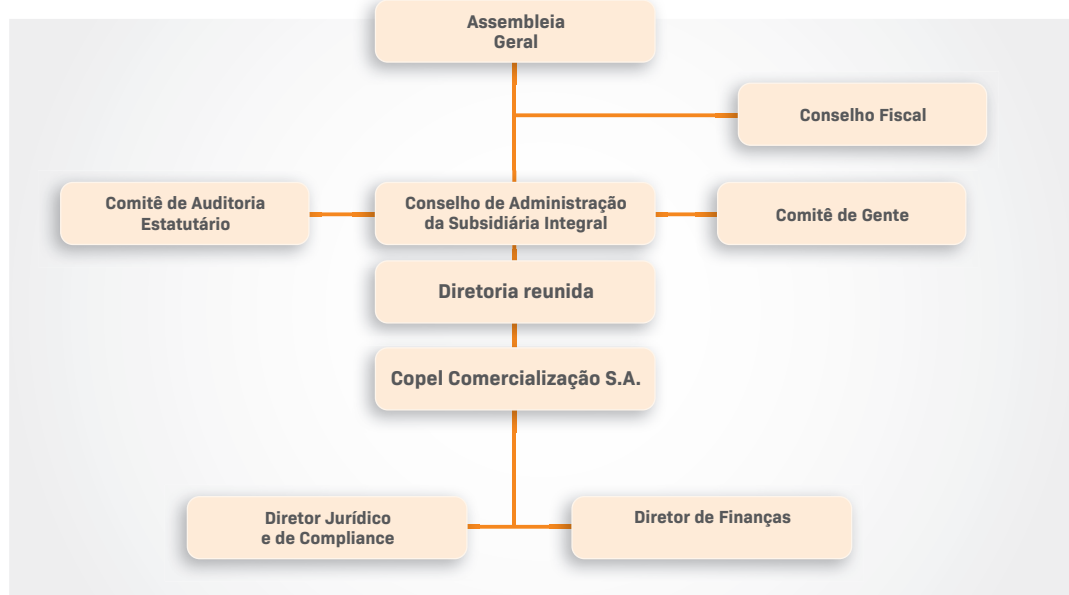
8.2. Governança Corporativa

A Copel Mercado Livre segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico estão alinhados aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Em alinhamento às modernizações ocorridas na Companhia, e, com o intuito de promover maior padronização de estruturas de governança que viabilizem a sua operação integrada e eficiente, a Copel Mercado Livre reformou seu Estatuto Social em dezembro de 2025. Dentre as melhorias implementadas, destacam-se: adequação de dispositivos referentes ao Conselho Fiscal; a alteração das regras de composição do Conselho de Administração, passando a contar com três membros, similar às demais subsidiárias da Copel; a adequação dos dispositivos que tratam da representação das Subsidiárias perante terceiros; ajuste dos dispositivos que tratam da celebração de negócios jurídicos; inclusão da participação do Vice-Presidente de Regulação e Mercado da Copel Holding nas reuniões de Diretoria (RECOM) sem direito a voto, quando os temas tratados foram de sua competência; e, por fim, inclusão de dispositivo que trata da do exercício dos cargos de membros da Diretoria em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva.

8.2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança atual da Companhia é a demonstrada a seguir:



1. Destaques do ano

1. Copel Mercado Livre em números

	2025	2024	Δ
Indicadores Contábeis			
Ativo total	1.559.759	1.447.083	7,8
Caixa e equivalentes de caixa	192.790	324.750	(40,6)
Receita operacional bruta	4.956.892	4.082.834	21,4
Deduções da receita	(554.565)	(514.371)	7,8
Receita operacional líquida	4.402.327	3.568.463	23,4
Custos e despesas operacionais	(4.349.494)	(3.553.557)	22,4
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	52.833	14.906	254,4
Ebitda ou Lajida (*)	54.722	16.652	228,6
Resultado financeiro	37.119	40.488	(8,3)
IRPJ/CSLL	(22.310)	(11.310)	97,3
Lucro operacional	89.952	55.394	62,4
Lucro Líquido do exercício	67.642	44.084	53,4
Patrimônio líquido	312.722	288.628	8,3
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (Índice)	1,1	1,0	10,0
Liquidez geral (Índice)	1,2	1,2	-
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	1,2	0,5	140,0
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida) (%)	2,0	1,6	25,0
Margem líquida (Lucro Líquido/receita operacional líquida) (%)	1,5	1,2	25,0
Participação de capital de terceiros (%)	80,0	80,1	(0,1)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido/patrimônio líquido) (%)	21,6	15,3	41,2

(1) Lucro Líquido/Patrimônio Líquido inicial

2. Companhia

Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”) tem a Companhia Paranaense de Energia (“Copel” ou “Controladora”) como única acionista. Foi instituída em janeiro de 2016, atuando com especialização Ambiente de Contratação Livre de energia (“ACL” ou “Mercado Livre”), motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do Ambiente de Comercialização Regulado para o ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no Mercado Livre de energia e certificados de energia renovável.

Com foco na abertura do Mercado Livre de energia e em novas

oportunidades de negócio, a Copel Mercado Livre tem investido em sistemas, soluções e em seu corpo técnico para atuar neste mercado desafiador, visando ofertar produtos atraentes e aderentes aos diversos públicos com agilidade, segurança e confiabilidade.

A Copel Mercado Livre possui uma carteira com mais de 1.500 clientes atendidos em 23 estados brasileiros, atingindo o volume de 3,2 GW médios de energia comercializados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no ano de 2025, assim, aumentando parcela de venda de comercialização do período anterior (acréscimo de 18%).

ocupadas. A renda média real cresceu 4,5% em relação a 2024, refletindo a expansão da ocupação. No Paraná, o desempenho foi ainda melhor, com desempenho de 3,5% e PIB estadual crescendo 2,87% (janeiro a setembro), impulsionado pela agropecuária (12,76%), serviços (2,42%) e indústria (0,25%).

Do ponto de vista fiscal, o país enfrentou desafios estruturais com ajustes de despesas para respeitar o novo arcabouço fiscal, mantendo déficit primário controlado. Persistem alertas sobre sustentabilidade da dívida e necessidade de medidas adicionais para estabilizar as contas públicas e reforçar a confiança dos agentes econômicos.

3. ANÁLISE MACROECONÔMICA

O cenário macroeconômico brasileiro em 2025 foi marcado por um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado em 2,25%, acima das expectativas impulsionado por um mercado de trabalho aquecido no primeiro semestre. A desaceleração da atividade econômica projetada para o segundo semestre reflete os efeitos de uma política monetária contracionista com taxa básica de juros mantida em 15%. A inflação encerrou o ano em 4,26%, abaixo do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, beneficiada pela queda de preços de alimentos e bens industriais, embora serviços e preços administrados tenham mantido pressões inflacionárias. O mercado de trabalho atingiu patamares históricos, com desemprego em 5,2% (menor desde 2012) e 103,2 milhões de pessoas

temas foram tratados no âmbito da MP 1.304/2025, convertidos na Lei 15.269/2025, portanto, será necessária a adequação da proposta da consulta pública ao texto aprovado na lei.

Principais pontos com potencial de afetar a dinâmica do segmento de comercialização decorrentes da publicação da Lei nº 15.269/2025:

- Fixaram-se condições para encerramento dos subsídios de transporte de energia incidentes no segmento de consumo, ou seja, os descontos na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição e Transmissão para o segmento consumo passaram a ficar restritos aos casos de migração ou ampliação anteriores à data de publicação da nova lei.
- Estruturação da abertura gradual do mercado livre de energia (ACL) para consumidores de baixa tensão, com base no seguinte cronograma:
 - Em até 24 meses (Final de 2027): Abertura para consumidores comerciais e industriais de baixa tensão.
 - Em até 36 meses (Final de 2028): Abertura para consumidores residenciais e rurais.
- No tocante à atividade de autoprodução por equiparação, destaca-se o advento de critérios mais rigorosos para seu enquadramento, tais como a ampliação do requisito de demanda agregada, de 3 MW para 30 MW, o requisito de demanda individual das cargas igual ou superior a 3 MW, combinado ainda com exigências de participação mínima no capital social da sociedade, observando a titularidade de ações com direito a voto.
- Incentivo aos sistemas de armazenamento, que passam a ser objetivamente incluídos na regulamentação, passando a figurar como ferramenta de apoio e flexibilidade para o sistema interligado nacional.

4. SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO EM 2025

Considerando que 2024 foi o marco da democratização para a média e alta tensão, o ano de 2025 se consolidou como um marco para a abertura total do mercado do setor elétrico brasileiro.

Enquanto o ciclo anterior testou a resiliência do Ambiente de Contratação Livre (ACL) com a migração massiva de novos consumidores do Grupo A, o ambiente regulatório de 2025 amadureceu com a sanção da Lei nº 15.269/2025 que define um cronograma até 2028 para a inclusão da baixa tensão no mercado livre, além disso, dispôs de comandos com o objetivo de reequilíbrio no rasteiro de encargos — tais como os custos de Angra e da CDE — entre consumidores livres e cativos.

Em 2025, destaca-se as seguintes normas no segmento de comercialização de energia elétrica:

Em novembro de 2025 foi disponibilizado pela ANEEL o resultado da Consulta Pública nº 07/2025, efetuada no primeiro trimestre de 2025. O objetivo desta consulta é o aprimoramento regulatório dos serviços de distribuição em consequência da abertura de mercado e a implementação do Open Energy para promover o tratamento adequado dos dados dos consumidores do grupo A. Uma das propostas desta consulta pública é a vedação do uso da marca e o compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos entre distribuidoras e comercializadoras do mesmo grupo econômico. A expectativa é de que o resultado desta consulta pública será deliberado pela ANEEL em 2026.

Abertura pelo MME da Consulta Públicas 196/2025, com a proposta de diretrizes para a regulamentação da abertura do mercado de energia elétrica para os consumidores atendidos por tensão inferior a 2,3 kV e das regras de exercício do Supridor de Última Instância (SUI) relacionados ao texto da MP 1.300/2025. O resultado desta consulta pública ainda não foi disponibilizado pelo MME e estes

5. Mercado de Energia

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de consumidores/contratos e volume da energia comercializada pela Copel Mercado Livre em 2025:

	Nº de consumidores / contratos			Energia Vendida (GWh)					
	Dez/25	Dez/24	Δ%	2025	2024	Δ%	4T25	4T24	Δ%
Copel Comercialização									
Consumidores Livres	1.537	1.529	0,5	9.902	10.565	(6,3)	2.638	2.583	2,1
CCEAR (outras concessionárias)	30	-	-	293	-	-	96	-	-
Contratos Bilaterais (empresas do grupo)	15	7	114,3	1.993	820	143,0	485	216	124,5
Contratos Bilaterais	181	162	11,7	15.264	10.926	39,7	3.824	2.253	69,7
CCEE (MCP) ¹	-	-	-	111	167	(33,5)	(8)	43	(118,6)
Total	1.763	1.698	3,8	27.563	22.478	22,6	7.035	5.095	38,1

Obs.: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

¹ Valores negativos significam que ocorreram mais compras que vendas

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo

6. Desempenho operacional

Ao término de 2025, a Copel Mercado Livre consolidou sua atuação nacional ao atender 1.536 clientes em 23 estados, com 3,2 GW médios de energia comercializados na CCEE, registrando crescimento de 18% frente ao período anterior.

Em 2025, foram realizadas ações para aprimoramento dos siste-

mas de atendimento ao cliente e de contabilização e faturamento, contribuindo para uma operação mais eficiente.

O aprimoramento de sistemas integrados melhorou a gestão contratual e o atendimento pós-venda, especialmente preparado para a crescente demanda do mercado varejista.



CONSELHO FISCAL		
Presidente	Demetrius Nichele Macei	
Conselheiro	Sérgio Henrique da Fonseca	
Conselheiro	Filipe Bordalo di Luccio	
Conselheiro - suplente	José Paulo da Silva Filho	
Conselheiro - suplente	Paulo Roberto Franceschi	
Conselheiro - suplente	Verônica Gomes Vairo	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero	
Membro	Rodolfo Moraes Fontes Lima	
Membro	Diogo Mac Cord de Faria	

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO		
Coordenador	Marco Antônio Barbosa Cândido	
Membro	Pedro Franco Sales	
Membro externo e especialista financeiro	Carlos Biedermann	

DIRETORIA		
Diretor Geral	Rodolfo Moraes Fontes Lima	
Diretor de Finanças	Felipe Gutierrez Ramella	
Diretor Jurídico e de Compliance	Yuri Müller Ledra	

8.2.2 Programa de Integridade

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website: <https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

Código de Conduta

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para colaboradores, administradores (membros do Conselho de Administração), membros do Conselho Fiscal, membros de comitês (estatutários ou não estatutários), estagiários, aprendizes, fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados.

Em 2025 a Companhia formalizou um Código de Conduta específico para Fornecedores. O objetivo do documento é registrar de forma clara as diretrizes que devem ser seguidas por todos os fornecedores da Companhia. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente em seguir as diretrizes do documento.

Canais de manifestação

O Canal de Denúncia é gerido pela Diretoria de Governança, Risco e Compliance e recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, meio cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades.

O processo é monitorado pelo Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração e em decorrência dos resultados das apurações, podem ser recomendadas melhorias e aprimoramentos em procedimentos, controles internos, normas, políticas, programas de capacitação e comunicação, ou ainda a aplicação de medidas disciplinares, em conformidade com as normativas internas e legislação aplicável.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico.

A Ouvidoria é outra instância de atendimento e conta com certificação pela ISO9001 e reconhecimento como uma das melhores ouvidorias do setor pela Anel.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia: <https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/>

8.2.3. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos da Copel, fundamentada nos valores da Companhia, no Código de Conduta e nas diretrizes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, orienta a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar seus objetivos. Suas diretrizes abrangem áreas corporativas, subsidiárias e controladas, e são recomendadas às demais empresas do grupo. A alta administração recebe treinamentos específicos, enquanto os demais empregados são capacitados na metodologia de gestão de riscos, permitindo identificar exposições e adotar ações mitigadoras.

Os riscos estratégicos são revisados na elaboração do Planejamento Estratégico, em trabalho conjunto da alta administração da Copel e das subsidiárias, envolvendo identificação, análise e definição de planos de controle, contingência e monitoramento. Além disso, os principais riscos são classificados em Financeiros, Operacionais e de Conformidade.

Para definir seu apetite ao risco, a Copel considera pilares como elevados padrões éticos e de compliance, alinhamento às práticas ESG com foco em clima e aspectos socioambientais, rigor na segurança do trabalho, aprimoramento contínuo da segurança cibernética e investimentos compatíveis com a Política de Investimento e o Planejamento Estratégico, baseados em integração, disciplina de capital e inovação.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, são realizados reportes periódicos à alta administração sobre o portfólio de riscos e os respectivos planos de mitigação, incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança. Esse processo é continuamente aprimorado, garantindo alinhamento às melhores práticas de mercado e à legislação vigente.

8.2.4. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Copel e suas subsidiárias integrais possuem contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC para a prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações financeiras até o fim do exercício social de 2028. A PwC iniciou suas atividades a partir da revisão das demonstrações financeiras intermediárias do primeiro trimestre do exercício de 2024.

No exercício social encerrado em 31.12.2025, a PwC recebeu honorários no valor de R\$ 835 mil referentes aos serviços regulares de auditoria independente e R\$ 42,4 mil referentes à asseguarção das informações do Relato Integrado e da estrutura de controles para o processo de compilação e apuração de índice financeiro.

8.3. Dimensão Social

A Copel Comercialização, como subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável.

8.3.1. Promoção dos Direitos Humanos e Responsabilidade Social

A Política de Sustentabilidade define diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações, garantindo ambientes de trabalho dignos, inclusivos e livres de desigualdades. Desde 2022, a Companhia vem padronizando processos de monitoramento e avaliação por meio da devida diligência de fornecedores, do levantamento de temas prioritários de direitos humanos e do uso de indicadores como saúde e segurança, registros do Canal de Denúncias e relatórios internos para identificar riscos e oportunidades de melhoria.

Entre 2022 e 2025, foram realizadas capacitações sobre direitos humanos em áreas estratégicas, abordando impactos na cadeia de valor, ações de monitoramento e prevenção, além de avanços no processo de diligência corporativa. Em 2024, durante a Semana Integrada de ESG, foi lançado o Curso de Direitos Humanos – edição 2024, com foco no aprofundamento de temas essenciais para a promoção de uma cultura de respeito, inclusão e responsabilidade social. Já em 2025, a programação trouxe palestrantes que exploraram os temas de compliance e inclusão, com destaque para a abordagem sobre neurodiversidades, reforçando o compromisso da Companhia em construir ambientes de trabalho cada vez mais inclusivos e alinhados às melhores práticas internacionais.

8.3.2. Engajamento Social e Desenvolvimento Comunitário

A Copel desenvolve ações sociais alinhadas às expectativas da sociedade e à Agenda 2030 da ONU, promovendo desenvolvimento nas comunidades onde atua e mitigando impactos socioambientais. As iniciativas incluem programas sociais obrigatórios dos PBAs e projetos corporativos, como ElctriCidadania, Cultivar Energia e Educa ODS.

A Política de Sustentabilidade também define diretrizes para o investimento social privado e, as subsidiárias reportam trimestralmente à Diretoria de Governança, Risco e Compliance todas as doações e contribuições, garantindo transparência e alinhamento estratégico.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado.

8.3.3. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.

A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL	
Quadro em 31.12.2024	39
Admissões/readmissões	17
Desligamentos	6
Transferências	1
Quadro em 31.12.2025	51
Turnover em 2025	29,5

Para apoiar as áreas operacionais e funções específicas, a Companhia adota uma política de terceirização que segue as exigências legais, normas de segurança do trabalho e disposições internas, como o Manual do Fornecedor e o Regulamento de Contratação.

A Copel é reconhecida por suas boas práticas em gestão de pessoas. A Companhia celebrou, desde 2023 a conquista da certificação "Excelência em Gestão Ouro" no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV), concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV.

• Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

O Código de Conduta da Copel expressa o seu compromisso com a criação e a manutenção de ambiente de trabalho respeitoso, cordial, que incentive a diversidade, equidade e inclusão, proporcionando a dignidade dos colaboradores e favorecendo o trabalho em equipe. A Política de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho estabelece, dentre suas diretrizes, a observância da diversidade de gênero, idade, orientação sexual e identidade de gênero, raça e/ou etnia, visando promover a igualdade de oportunidades. Na mesma linha, a Política de Governança prevê o dever dos Agentes de Governança de tratar os acionistas e demais partes interessadas de maneira justa e uma abordagem diferenciada conforme as relações e demandas de cada parte interessada com a organização, motivada pelo senso de justiça, respeito, diversidade, inclusão, pluralismo e igualdade de direitos e oportunidades.

Adicionalmente, o respeito aos direitos humanos em todas as atividades laborais está previsto como diretriz específica da Política de Sustentabilidade, considerando que homens e mulheres devem ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, conforme determina a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Além disso, a Política de Gestão de Pessoas orienta a Companhia a zelar pela manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e saudável, livre de qualquer tipo de assédio, e de promover e estimular ações que garantam o respeito à diversidade, a equidade nas relações, a qualidade de vida e a saúde integral.

A Copel também garante, em suas normativas internas, a igualdade de gênero, assim como de raça, cor e orientação sexual, de modo que as ações adotadas reflitem na retenção de colaboradores e no impulso à performance e à sustentabilidade dos negócios.

Destaca-se que a Copel conta, ainda, com uma Comissão Permanente de Promoção da Diversidade, cujo objetivo central é fomentar a equidade, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos a discriminação.

Por fim, como a primeira empresa do setor a se tornar signatária do Pacto Global da ONU (no ano 2000), a Copel assumiu compromissos e metas para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, dentre os quais o ODS 5 (Igualdade de Gênero), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Quantidade de mulheres				
CATEGORIA FUNCIONAL	2024	% total	2025	% total
Profissional técnico de nível médio	0	0,0	0	0,0
Profissional de nível médio	4	36,4	5	45,5
Profissional de nível superior	10	35,7	13	32,5
Total	14	35,9	18	35,3

Quantidade de mulheres				
ORGÃOS DE GOVERNANÇA	2024	% total	2025	% total
Diretoria	0	0,00	0	0,00
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
Conselho Fiscal	1	16,67	1	16,67
Comitês Estatutários	0	0,00	0	0,00

Proporção entre salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens*				
CATEGORIA FUNCIONAL	2024	2025	2024	2025
	Razão do salário-base	Razão da remuneração	Razão do salário-base	Razão da remuneração
Profissional técnico de nível médio	0,00	0,00	0,00	0,00
Profissional de nível médio	1,09	1,11	0,97	0,99
Profissional de nível superior	0,67	0,86	0,72	0,95
Total	0,72	0,88	0,70	0,91

* Para o cálculo das médias de salário-base e remuneração, não foram incluídos empregados com jornada de trabalho inferior a 8 horas diárias. A remuneração total foi determinada somando-se o salário-base, adicionais, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), Prêmio por Desempenho (PPD) e Abono previsto no Acordo Coletivo de Trabalho.

• Cultura Copel

Em 2025, a Companhia passou por uma intensa revisão da cultura para apoiar o momento de transformação, pois entende-se que a gestão da Cultura é um tema estruturante e indispensável para a Copel neste momento e deixa claro quais são os comportamentos que irão levar a organização para o futuro. O processo contou com o apoio de uma consultoria externa que respaldou na definição integrada dos Valores, construídos a várias mãos, definição da ambição e da razão de Ser da Copel:

Razão de Ser:	Iluminar vidas com pura energia.
Ambição:	Ser a empresa que mais gera valor no setor elétrico brasileiro.
Nossa força é nossa gente:	Somos um time protagonista que se desenvolve junto com o negócio.
Cada cliente importa:	Impulsionamos as conquistas dos nossos clientes
Entregamos resultados extraordinários:	Construímos resultados sustentáveis ao longo do tempo.
Movidos a futuro:	Somos fonte de conhecimento e inovação.
Segurança e ética são inegociáveis:	Nosso exemplo faz a diferença.

• Saúde, Bem-estar e Benefícios

Saúde e Qualidade de Vida são temas que permeiam nosso compromisso com o cuidado, saúde e bem-estar dos colaboradores, reforçando nossos Valores "Nossa Força é Nossa Gente" e "segurança e Ética são Inegociáveis" orientando nosso Jeito de Ser e Fazer dentro da Copel. Temos como premissa a construção de um ambiente organizacional saudável, seguro, com equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, visando a promoção da saúde integral, coordenando ações, programas e benefícios.

Entre os benefícios financeiros concedidos pela Companhia a todos os seus colaboradores, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-croche; auxílio a colaboradores com deficiência e a colaboradores que tenham dependente com deficiência; complementação de auxílio-doença, entre outros.

A Companhia oferece ainda benefícios não financeiros que impactam positivamente na qualidade de vida e bem-estar, como: liberação para acompanhamento de familiar, liberação para realização do pré-natal e acompanhamento da gestante, licença maternidade e licença paternidade estendidas; horas para voluntariado; flexibilidade de jornada; redução de jornada de 8 para 6 horas; banco de horas.

As ações e programas de Saúde e Bem-estar da Companhia são estruturados em quatro pilares, baseados nas premissas da Organização Mundial de Saúde: saúde física, saúde mental, bem-estar social e bem-estar financeiro, com uma visão integral do ser humano com destaque para:

SAÚDE FÍSICA	
Exames de rastreamento e diagnóstico precoce	
Plano de Saúde	
Vacina da Gripe	
Incentivo à prática de atividade física e hábitos saudáveis	
Letramento em Saúde	
Tratamento para obesidade	
Restrição e reabilitação funcional	

SAÚDE MENTAL	
Canal de atendimento psicológico de urgência e emergência	
Programa de dependência química	
Psicoterapia online	
Letramento e psicoeducação em saúde mental	
Gestão dos fatores psicossociais no trabalho	

BEM-ESTAR SOCIAL	
Semana da família	
Pessoa com Deficiência	
Gestão de afastados	
Programa de Home Office	
Programa Bem Gestar	
Suporte a vítima de violência doméstica	
Restrição e reabilitação funcional	

BEM-ESTAR FINANCEIRO	
Plano de Previdência	
Programa de Preparação para Aposentadoria e Pós emprego	
Educação financeira e previdenciária	
Assessoria Jurídica e financeira	

O desenvolvimento profissional dos empregados é orientado pela gestão de competências, determinada pela identificação das necessidades de treinamento e capacitação do quadro de pessoal. Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2025:

- Programa de Desenvolvimento da Liderança – PDL;
- Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas;
- Programa de Capacitação para LGPD;
- Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade;
- Trilhas de aprendizagem;
- Programa de Cibersegurança;
- COPEL 4.0 - Iniciativas sobre inovação.

• Remuneração

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em três pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito), remuneração variável de curto prazo e incentivos de longo prazo. A remuneração variável de curto prazo compreende a Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) e Prêmio Por Desempenho Copel (PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). Os incentivos de longo prazo, aplicáveis a públicos estratégicos da Companhia, visam alinhar os interesses de médio e longo prazo dos profissionais elegíveis aos objetivos sustentáveis e à geração de valor no negócio, em consonância com as práticas de mercado.

A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2025 (R\$ 3.060,00) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 1.518,00) era de 2,17 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

• Relações trabalhistas

A Companhia se relaciona com 17 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões trimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

• Avaliação de desempenho

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada colaborador recebe o feedback da sua liderança considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período. Para que os colaboradores possam conhecer todos os detalhes do Nossa Energia, é disponibilizado uma trilha de aprendizagem, que apresenta os conteúdos relacionados à gestão por competências, modelo e processo do programa e também sobre o plano de desenvolvimento.

Em 2025 não tivemos a aplicação da avaliação de desempenho em razão do projeto de revisão dos Valores e Cultura, visto a necessidade de alinhamento entre esses temas. Dessa forma, após a finalização da revisão da Cultura, foi iniciada a atualização do programa de Gestão de Desempenho com implantação prevista para o início de 2026.

• Mobilidade Interna e Novas

Com a transformação da Copel em corporação em 2023, a Companhia deixou de ter obrigatoriedade de realizar concursos públicos para contratação. Esse novo cenário levou à implantação, no primeiro semestre de 2024, do Programa de Mobilidade Interna, que prioriza o preenchimento de vagas por meio de processos seletivos internos, amplamente divulgados aos colaboradores.

Embora a prioridade seja o aproveitamento interno do quadro, algumas funções e posições demandam a contratação de mercado. Assim, a partir do segundo semestre de 2024, a Copel passou a realizar processos de recrutamento e seleção externos, com o apoio de consultorias especializadas.

8.3.4. Fornecedores

Ao longo de 2025, a Copel avançou de forma estruturada na centralização da gestão da cadeia de suprimentos em um modelo corporativo, estabelecendo os principais fundamentos para a evolução de sua maturidade, governança e integração dos processos de contratação. Esse movimento representou um passo relevante na transição para um modelo mais integrado, alinhado à estratégia da Companhia de posicionar a cadeia de suprimentos como um pilar estratégico para a geração de valor, mitigação de riscos e sustentabilidade do negócio, em consonância com seu novo contexto corporativo.

A centralização da gestão passou a criar as condições necessárias para maior padronização, rastreabilidade e consistência na tomada de decisão, apoiada pela integração progressiva dos processos e pela incorporação de critérios ESG ao longo do ciclo de contratação. Esse modelo contribui para ampliar a transparência, fortalecer os controles e promover ganhos de eficiência operacional, respeitando os requisitos regulatórios e os compromissos socioambientais da Companhia.

A Companhia também reforçou sua atuação preventiva em integridade e conformidade desde as etapas iniciais de triagem e homologação de fornecedores, por meio de análises de capacidade técnica, enquadramento jurídico, integridade e saúde econômico-financeira, complementadas pelo acompanhamento de riscos ao longo da execução contratual. Essas práticas constituem a base para uma classificação mais consistente da criticidade dos fornecedores e para o aprimoramento contínuo da gestão da cadeia de suprimentos.

Como parte do fortalecimento do relacionamento com seus parceiros estratégicos, a Copel realizou, em 2025, a primeira edição do Prêmio Parceiro Pura Energia, com escopo ampliado e foco em performance, sustentabilidade, segurança do trabalho e qualidade. A iniciativa reconhece fornecedores que se destacaram em suas práticas e reforça o alinhamento da cadeia de suprimentos aos objetivos estratégicos da Companhia, aos Princípios do Pacto

Global das Nações Unidas e ao Código de Conduta para Fornecedores da Copel, promovendo valores éticos, responsáveis e sustentáveis em toda a cadeia de valor.

8.4. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel Mercado Livre com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a eficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental. As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima, é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.



Demonstrações Financeiras

Em dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais			
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)			
ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	192.790	324.750
Clientes	5	438.530	348.795
Valor justo na compra e venda de energia	18.2.3	263.645	217.350
Outros créditos	6	887	8.561
Imposto de renda e contribuição social		12.665	13.387
Outros tributos a recuperar	7.2	190	2.990
Despesas antecipadas		116	216
		908.823	916.049

NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais	8	17.695	16.933
Valor justo na compra e venda de energia	18.2.3	597.856	479.938
Imposto de renda e contribuição social		24.279	22.780
Outros tributos a recuperar	7.2	—	776
		639.830	520.427
Imobilizado		1.025	702
Intangível		5.816	5.731
Direito de uso de ativos		4.265	4.174
		650.936	531.034

TOTAL DO ATIVO **1.559.759** **1.447.083**

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais			
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (em milhares de reais)			
PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	9	5.853	4.447
Partes relacionadas	19	531	368
Fornecedores	10	429.427	350

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido											
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 • em milhares de reais											
	NE nº	Adiantamento para futuro aumento de capital				Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto			
Saldo em 1º de janeiro de 2024		237.210	—	—	(1.097)	28.071	4.377	—	73.645	—	342.206
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	—	44.084	44.084
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos	14.2	—	—	—	960	—	—	—	—	—	960
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	960	—	—	—	—	44.084	45.044
Deliberação do dividendo adicional proposto		—	—	—	—	—	—	—	(73.645)	—	(73.645)
Realização de reservas	14.3	—	—	—	—	—	(4.377)	—	—	4.377	—
Dividendos	14.3	—	—	—	—	—	—	—	—	(4.377)	(4.377)
Destinação proposta à A.G.O.:											
Reserva legal	14.3	—	—	—	—	2.204	—	—	—	(2.204)	—
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	14.4	—	—	—	—	—	—	—	—	(20.600)	(20.600)
Dividendo adicional proposto	14.4	—	—	—	—	—	—	—	21.280	(21.280)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		237.210	—	—	(137)	30.275	—	—	21.280	—	288.628
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	—	67.642	67.642
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos	14.2	—	—	—	204	—	—	—	—	—	204
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	204	—	—	—	—	67.642	67.846
Deliberação do dividendo adicional proposto		—	—	—	—	—	—	—	(21.280)	—	(21.280)
Incentivos de longo prazo	14.6	—	530	1.198	—	—	—	—	—	—	1.728
Destinação proposta à A.G.O.:											
Reserva legal	14.3	—	—	—	—	3.382	—	—	—	(3.382)	—
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	14.4	—	—	—	—	—	—	—	—	(24.200)	(24.200)
Dividendo adicional proposto	14.4	—	—	—	—	—	—	—	38.160	(38.160)	—
Reserva de retenção de lucros		—	—	—	—	—	—	1.900	—	(1.900)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		237.210	530	1.198	67	33.657	—	1.900	38.160	—	312.722

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 • em milhares de reais			
	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		67.642	44.084
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas – líquidas		(1.639)	(1.858)
Imposto de renda e contribuição social	7.3	15.371	19.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.3	6.939	(7.833)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	11.3	1.553	1.602
Valor justo nas operações de compra e venda de energia	15 e 16	(18.563)	36.604
Depreciação e amortização	16	1.941	1.767
Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	16.1	5	169
Incentivos de longo prazo	16.1	1.929	—
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	(1.852)	780
Resultado das baixas de imobilizado		60	—
Resultado das baixas de intangível		26	14
		73.412	94.472
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(87.636)	32.510
Depósitos judiciais		174	(350)
Outros créditos		7.673	(4.579)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		444	(21.359)
Outros tributos a recuperar		3.577	(3.396)
Despesas antecipadas		100	25
		(75.668)	2.851
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		1.551	(4.458)
Partes relacionadas		163	(11)
Fornecedores		78.481	(30.574)
Outras obrigações fiscais		(2.830)	(12.671)
Benefícios pós-emprego	11.3	(1.314)	(1.359)
Outras contas a pagar		465	1.100
Provisões para litígios quitadas	13.1	(71)	(187)
		76.445	(48.160)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		74.189	49.163
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.371)	(19.143)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(455)	(431)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		58.363	29.589
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		—	1.937
Aquisições de imobilizado		(489)	(18)
Aquisições de intangível		(1.608)	(1.319)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.097)	600
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(196)	(201)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(188.030)	—
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(188.226)	(201)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		131.960	29.988
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	324.750	294.762
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	192.790	324.750
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(131.960)	29.988

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2025 • em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Comercialização S.A., (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”), com sede na rua José Izdior Bizetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia elétrica convencional e incentivada, gás natural e prestação de serviços correlatos.

A Companhia é autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE pelo Despacho Aneel nº 935/2016, e como Agente de Comércio Exterior, Comercializador, Carregador e Vendedor de Gás Natural por meio das Autorizações nº 518/2019, 600/2019 e 380/2020 e Despacho nº 667/2019 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26.02.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nos 3.1.6 e 18.2.3 - Instrumentos financeiros derivativos: marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia
- NE nº 3.3 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos;
- NEs nos 3.4 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.5 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem
- NEs nos 3.6 e 7.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros; e
- NEs nos 3.7 e 11 - Benefícios Pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais.
- NEs nºs 3.8 e 14.6 - Remuneração baseada em ações: apuração do valor justo das outorgas dos planos de Incentivos de Longo Prazo – ILP;

2.5. Continuidade Operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possuí recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em data específica, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos de cada respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.1.6. Instrumentos financeiros derivativos - operações de compra e venda de energia

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia e parte de seus contratos são designados e classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou perdas, líquidos, não realizados, decorrentes da marcação a mercado destes contratos (diferença entre os preços contratados e os de mercado), são registrados como receita operacional ou custo operacional no resultado do exercício, considerando estar intrinsecamente ligado à operação principal da Companhia, de comercialização de energia.

3.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. Para o cálculo de temas que são repetitivos, utiliza-se a experiência histórica da companhia com casos semelhantes para estimar o desfecho mais provável para o conjunto de processos.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida A receita operacional da Companhia é

7. Tributos

7.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2025
Ativo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	256.219	(125.049)	—	131.170	49.521	—	180.691
Perdas de créditos esperadas	5.699	(2.784)	—	2.905	(1.035)	—	1.870
Benefícios pós-emprego	1.376	(43)	(495)	838	58	(105)	791
Programa de desligamentos voluntários	1.835	(1.439)	—	396	(382)	—	14
Provisões por desempenho e participação nos lucros	—	(86)	—	473	493	—	966
Passivo de arrendamento	1.414	71	—	1.485	121	—	1.606
Outros	469	(302)	—	167	638	—	805
	267.571	(129.642)	(495)	137.434	49.414	(105)	186.743
(-) Passivo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	374.573	(137.495)	—	237.078	55.832	—	292.910
Atualização de depósitos judiciais	1.107	271	—	1.378	447	—	1.825
Direito de uso de ativos	1.347	30	—	1.377	73	—	1.450
Outros	280	(281)	—	(1)	1	—	—
	377.307	(137.475)	—	239.832	56.353	—	296.185
Líquido	(109.736)	7.833	(495)	(102.398)	(6.939)	(105)	(109.442)

7.1.1. Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, de acordo com as projeções de resultados futuros.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a proviabilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura.</

• Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.
A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2026	92.551	(89.946)
2027	42.597	(52.799)
2028	24.263	(42.100)
2029	13.465	(29.255)
2030	1.068	(10.754)
2031 a 2033	2.868	(30.175)
Após 2033	9.931	(41.156)
	186.743	(296.185)

7.2. Outros tributos

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	161	193
PIS/Pasep e Cofins a compensar	—	2.797
Outros tributos	29	—
	190	2.990
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	—	776
	—	776
Passivo circulante		
ICMS a recolher	7.596	10.429
Outros tributos	36	33
	7.632	10.462

7.3. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	89.952	55.394
IRPJ e CSLL (34%)	(30.584)	(18.834)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	8.228	7.004
Despesas inadutíveis	(603)	(583)
Incentivos fiscais	624	923
Outros	25	180
IRPJ e CSLL correntes	(15.371)	(19.143)
IRPJ e CSLL diferidos	(6.939)	7.833
Aliquota efetiva - %	24,8%	20,4%

7.4. Reforma tributária do consumo

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que instituiu a Reforma Tributária no âmbito da tributação sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional. Em complemento, foram sancionadas as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2025, que estabeleceram os principais dispositivos regulamentares necessários à implementação gradual do novo modelo tributário, o qual ainda depende de regulamentações adicionais e de definições operacionais por parte das autoridades competentes.

Considerando a relevância, a complexidade e o caráter gradual da implementação da Reforma Tributária, a Companhia constituiu um grupo multidisciplinar, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação, regulatória e de negócios, com o objetivo de avaliar os impactos potenciais sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais realizados, a Administração definiu um plano de ação estruturado para a adequação às novas exigências legais e operacionais. Ao longo do exercício de 2025, a Companhia iniciou e implementou as ações previstas, incluindo, entre outras, revisões de processos, atualizações e adequações de sistemas, mapeamento de impactos tributários e o fortalecimento dos controles internos relacionados à apuração dos tributos e ao cumprimento das obrigações acessórias.

Para o exercício de 2026, a Companhia dará continuidade à execução do referido plano de ação, com foco na conclusão das medidas necessárias para a adaptação às alterações que entrarão em vigor a partir de 2027, notadamente a extinção das contribuições ao PIS e à Cofins e o início da incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No entanto, tendo em vista que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em evolução, com possíveis alterações legislativas, regulamentações complementares e interpretações por parte das autoridades fiscais.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo das atualizações legislativas, das regulamentações infralegais e das discussões no âmbito setorial, revisando periodicamente suas estimativas, premissas e julgamentos à luz das novas informações disponíveis. Eventuais efeitos decorrentes de mudanças futuras na legislação ou em sua interpretação serão refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras do período em que tais alterações forem efetivamente conhecidas ou implementadas.

8. Depósitos Judiciais

A Companhia discute judicialmente processos cíveis e tributários na justiça, para os quais realizou depósitos judiciais. A sentença dos processos definirá a utilização dos montantes para pagamento ou o retorno dos valores à Companhia. Do saldo em 31.12.2025, R\$ 17.624 (R\$ 16.876, em 31.12.2024) referem-se à processos na esfera cível, R\$ 58 (R\$ 58, em 31.12.2024) decorrente de processo judicial relativo à incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais e R\$ 14 referente a processos trabalhistas.

Os processos na esfera cível referem-se à discussão junto à fornecedores que não cumpriram com a entrega da energia contratada. A Companhia, portanto, efetuou depósito judicial no intuito de que os valores sejam liberados apenas quando confirmada a entrega efetiva (registro e entrega) por parte da CCCE.

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	887	396
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	616	207
	1.503	603
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	121	143
Férias	770	603
Provisões por desempenho e participação nos lucros	3.767	1.934
Programa de desligamentos voluntários (NE nº 9.1)	40	1.164
Outros	3	—
	4.701	3.844
	6.204	4.447

9.1. Programa de Desligamentos Voluntários - PDV

Saldo remanescente a pagar aos empregados que deixarão a Companhia até março de 2026 em virtude da adesão aos PDV's instituídos pela Companhia em agosto de 2023 e em fevereiro de 2025.

10. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica ^(a)	420.985	343.735
Materiais e serviços	8.442	7.211
	429.427	350.946

(a) Do saldo apresentado, R\$ 152.200 (R\$ 166.831 em 2024) referem-se à operações com partes relacionadas, conforme demonstrado na NE nº 19.

11. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial para assistência médica e odontológica para seus empregados ativos e seus dependentes legais. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

11.1. Plano de benefício previdenciário e Plano Assistencial

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido – BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Definida – CD na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

O Plano IV, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Definida - CD em que a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora e também pelo empregado, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

A Companhia aplica recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II, Prosaúde III e Prosaúde IV. A cobertura inclui exames médicos periódicos em todos os planos.

11.2. Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Planos previdenciários	74	4
Plano assistencial	2.324	2.464
	2.398	2.468
Circulante	240	126
Não circulante	2.158	2.342

	31.12.2025	31.12.2024
Empregados		
Planos previdenciários	658	654
Plano assistencial - pós-emprego	325	370
Plano assistencial - funcionários ativos	666	667
	1.649	1.691
Administradores		
Planos previdenciários	92	46
	92	46
	1.741	1.737

11.3. Mutação dos benefícios pós-emprego

	31.12.2025	31.12.2024
Em 1º.01.2024	3.680	
Apropriação do cálculo atuarial	370	
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.232	
Ganhos atuariais	(1.455)	
Amortizações	(1.359)	
Em 31.12.2024	2.468	
Apropriação do cálculo atuarial	325	
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.228	
Ganhos atuariais	(309)	
Amortizações	(1.314)	
Em 31.12.2025	2.398	

11.4. Avaliação atuarial

11.4.1. Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir

	2025		2024	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	0,00 %	3,10 %	0,00 %	3,50 %
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	7,57%	10,90%	7,66%	11,42%
Planos Unificado - Saldado	7,37%	10,70%	7,40%	11,15%
Planos III	7,31%	10,64%	7,36%	11,12%
Planos Assistencial	7,20%	10,52%	7,44%	11,20%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	1,00%	4,13%	1,00%	4,54%
Plano III a.a.	1,00%	4,13%	1,00%	4,54%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,10%	0,00%	3,30%	0,00%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

11.4.2. Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2025		
Participantes aposentados	12,13	21,35
Participantes pensionistas	13,35	23,00
Em 31.12.2024		
Participantes aposentados	12,13	22,17
Participantes pensionistas	13,99	24,67

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica é, respectivamente, de 68,6 e 68,17 anos.

11.4.3. Avaliação atuarial

O Plano Unificado e o Plano III apresentaram superávit em 31.12.2025. Contudo, pela legislação atual, inexistiu direito da Companhia em registrar ativos em seu balanço.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2025	31.12.2024
Obrigações total ou parcialmente cobertas	6.505	37.385	2.640	46.530	44.250
Valor justo dos ativos do plano	(8.023)	(42.809)	(316)	(51.148)	(46.647)
Estado de cobertura do plano	(1.518)	(5.424)	2.324	(4.618)	(2.397)
Ativo não reconhecido	1.518	5.424	—	6.942	4.861
	—	—	2.324	2.324	2.464

Os ajustes nos passivos assistenciais com base no relatório atuarial estão apresentados na Demonstração de Resultados Abrangentes.

11.4.4. Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2024	7.696	32.426	4.109
Custo de serviço	—	60	55
Custo dos juros	635	2.671	352
Benefícios pagos	(551)	(2.869)	(129)
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.254)	2.568	(1.519)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2024	6.526	34.856	2.888
Custo de serviço	—	9	52
Custo dos juros	698	3.717	317
Benefícios pagos	(558)	(3.098)	(155)
(Ganhos) / perdas atuariais	(161)	1.901	(442)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2025	6.505	37.385	2.640

11.4.5. Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2024	8.897	33.136	431
Retorno esperado dos ativos	738	2.736	37
Contribuições e aportes	—	53	129
Benefícios pagos	(551)	(2.869)	(129)
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.261)	5.364	(64)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2024	7.823	38.420	404
Retorno esperado dos ativos	843	4.117	45
Contribuições e aportes	—	47	155
Benefícios pagos	(558)	(3.098)	(155)
Ganhos / (perdas) atuariais	(85)	3.323	(133)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2025	8.023	42.809	316

11.4.6. Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2026 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2024	8.897	33.136	431
Retorno esperado dos ativos	738	2.736	37
Contribuições e aportes	—	53	129
Benefícios pagos	(551)	(2.869)	(129)
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.261)	5.364	(64)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2024	7.823	38.420	404
Retorno esperado dos ativos	843	4.117	45
Contribuições e aportes	—	47	155
Benefícios pagos	(558)	(3.098)	(155)
Ganhos / (perdas) atuariais	(85)	3.323	(133)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2025	8.023	42.809	316

11.4.6. Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2026 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2024	8.897	33.136	431
Retorno esperado dos ativos	738	2.736	37
Contribuições e aportes	—	53	129
Benefícios pagos	(551)	(2.869)	(129)
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.261)	5.364	(64)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2024	7.823	38.420	404
Retorno esperado dos ativos	843	4.117	45
Contribuições e aportes	—	47	155
Benefícios pagos	(558)	(3.098)	(155)
Ganhos / (perdas) atuariais	(85)	3.323	(133)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2025	8.023	42.809	316

11.4.6. Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2026 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo nas obrigações			
Obrigações dos planos previdenciários	41.988	45.959	
Obrigações do plano assistencial	2.368	2.953	
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Obrigações do plano assistencial	2.962	2.359	
Custo do serviço do plano assistencial	56	41	
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo no custo do serviço			
Custo do serviço dos planos previdenciários	7	10	
Custo do serviço do plano assistencial	41	55	

11.4.8. Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos nos exercícios fiscais subsequentes, estão apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2026	558	3.125	2	3.685
2027	573	3.209	(4)	3.778
2028	588	3.295	3	3.886
2029	603	3.380	17	4.000
2030	617	3.465	38	4.120
2031 a 2055	17.361	102.565	14.397	134.323

11.4.9. Alocação de ativos e estratégia de investimentos

O quadro a seguir apresenta a alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial ao final deste exercício e a meta para o próximo ano.

	Meta para 2026 (a)	2025
Renda fixa	83,4%	83,4%
Renda variável	2,9%	3,3%

16. Custos e despesas operacionais

16.1. Pessoal e administradores

	31.12.2025		31.12.2024	
	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas
Energia elétrica comprada para revenda	4.310.141	—	—	4.310.141
Valor justo compra e venda de energia (NE nº 18.2.3)	—	—	—	—
Pessoal e administradores (NE nº 16.1)	11.876	—	8.963	20.839
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 11.2)	1.166	—	575	1.741
Material	67	—	236	303
Serviços de terceiros	600	99	3.365	4.064
Depreciação e amortização	—	—	1.889	1.889
Reversão de provisão para litígios	—	—	—	246
Perdas de créditos esperadas	—	1.566	—	1.566
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	2.022	—	5.880	803
	4.325.872	1.665	20.908	1.049
				4.349.494
				3.553.557

16.1. Pessoal e administradores

	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal		
Remunerações	8.711	7.332
Encargos sociais	2.998	2.340
Incentivos de longo prazo (NE nº 14.6)	169	—
Auxílio alimentaçã e educação	1.124	921
Programa de desligamentos voluntários	5	169
	13.007	10.762
Administradores		
Honorários	1.111	1.464
Incentivos de longo prazo (NE nº 14.6)	1.760	—
Encargos sociais	643	332
Outros gastos	134	57
	3.648	1.853
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	4.184	1.847
	20.839	14.462

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	192.790	192.790	324.750	324.750
Valor justo na compra e venda de energia (b)	18.2.3	3	861.501	861.501	697.288	697.288
			1.054.291	1.054.291	1.022.038	1.022.038
Custo Amortizado						
Clientes (a)	5		438.530	438.530	348.795	348.795
Total dos ativos financeiros			1.492.821	1.492.821	1.370.833	1.370.833
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (b)	18.2.3	3	531.442	531.442	385.792	385.792
Custo Amortizado						
Fornecedores (a)	10		429.427	429.427	350.946	350.946
Total dos passivos financeiros			960.869	960.869	736.738	736.738

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) O valor justo dos ativos e passivos equivale ao seu respectivo valor contábil (NE nº 3.1.6).

18.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	192.790	324.750
Clientes (b)	438.530	348.795
	631.320	673.545

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar seus recursos em instituições financeiras com elevado rating em escala nacional, considerando as maiores agências de classificação que atuam no País.

b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

18.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de fornecedores que tem a liquidação prevista para até um ano, a partir de 31.12.2025.

O quadro abaixo apresenta análise de sensibilidade que, para os cenários base e provável, considerou os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários "1" e "2", que consideram elevação ou queda de 25% e 50%.

	Variação no preço	Cenários projetados			
		Base 31.12.2025	Cenário 1	Cenário 2	
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	330.059	330.059	414.505	498.952
	Queda	330.059	330.059	245.612	161.165

18.2.4. Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (clearing house), de modo que o risco de default é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de o vendedor não registrar a energia contratada na CCCE e/ou o risco de não receber o pagamento pela energia vendida. Na ocorrência de não registro ou não recebimento, a Companhia é obrigada a adquirir/vender energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

19. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de transações relevantes com partes relacionadas, registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

PARTE RELACIONADA / NATUREZA DA OPERAÇÃO	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladora - Copel								
Dividendos	—	—	138.323	280.873	—	—	—	—
Compartilhamento de estrutura	—	—	140	44	—	—	—	—
Entidade sob controle em comum								
Compartilhamento de estrutura	—	—	—	—	—	—	—	—
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	—	—	192	162	—	—	—	—
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)	—	—	199	162	—	—	—	—
Compra e venda de energia	—	—	—	—	—	—	—	—
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	9.589	16.940	105.783	118.091	237.108	71.486	1.249.758	1.319.694
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.	4.230	—	44.161	43.514	47.927	9.768	573.606	537.887
Bela Vista Geração de Energia S.A.	—	—	—	220	192	—	—	3.167
Parques eólicos (subsidiárias da Copel GeT)	—	—	2.256	5.006	24.464	17.036	56.744	72.852
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 16.1)	—	—	—	—	—	—	3.648	1.853
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 11.2)	—	—	—	—	—	—	92	46
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	—	—	4.544	4.263	—	—	435	412
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 11.2)	—	—	2.398	2.468	—	—	—	—
Sanepar - venda de energia e serviços	18	445	—	—	39.288	12.164	—	—
Lactec - venda de energia e serviços	4	7	—	—	575	525	—	—
Teccpar - venda de energia	—	—	—	—	2.595	2.281	—	—
Celepar - venda de energia	—	—	—	—	1.164	1.148	—	—
Assembleia Legislativa do Paraná - venda de energia	—	—	—	—	330	326	—	—
Portos do Paraná - venda de energia	—	—	—	—	4.443	4.114	—	—

A Copel (Controladora) forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Copel Mercado Livre no total de R\$ 486.019 (R\$ 495.653 em 31.12.2024).

A Copel Mercado Livre tem compromissos de venda de energia com a Copel GeT e suas subsidiárias no valor de R\$ 348.404 (R\$ 171.228, em 2024), com a Sanepar no total de R\$ 160.161 (R\$ 195.357 em 2024) e com órgãos associados ao Governo do Estado do Paraná no valor de R\$ 4.379 (R\$ 5.915, em 2024). Adicionalmente, possui compromissos de compra de 6.091.794 (R\$ 5.947.971 em 2024) de contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias e de R\$ 106.601 do contrato com a Dona Francisca Energética S.A. (coligada da Copel).

20. Compromissos

Em 31.12.2025, a Copel Mercado Livre possui R\$ 16.985.743 (R\$ 18.218.811, em 31.12.2024) em compromissos de contratos de compra de energia elétrica.

21. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância assegurada
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000
Garantia Fiel Cumprimento	25.05.2029	10.939
Garantia de Pagamento	31.12.2026	7.560
Garantia de Pagamento	31.01.2027	5.354
Garantia de Pagamento	31.12.2026	2.282
Garantia de Pagamento	03.02.2027	1.644
Garantia Fiel Cumprimento	31.03.2029	970
Garantia de Pagamento	03.02.2027	939

(a) O valor da importância assegurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

Rodolfo Moraes Fontes Lima Diretor Geral	Felipe Guterres Ramella Diretor de Finanças	Yuri Müller Ledra Diretor Jurídico e de Compliance	Ivan Carlos Teixeira Contador - CRC PR-055490/O-6
---	--	---	--

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em atendimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, no que se refere à elaboração e à submissão do orçamento de capital à deliberação da Assembleia Geral, apresenta-se, a seguir, a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2026, a ser apreciada na Assembleia Geral a realizar-se em abril de 2026.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ MIL	FONTES DE RECURSOS	R\$ MIL
Comercialização	1.900	Retenção de Lucros	1.900
TOTAL	1.900	TOTAL	1.900

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2025, e as correspondentes notas explicativas, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2025 e a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2026. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sem ressalvas, e o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário de 2025, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2025 e o Orçamento de Capital para o exercício de 2026, deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2026, estão em condições de ser encaminhados à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

DEMETRIUS NICHELE MACEI Presidente	FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT	FILIFE BORDALO DI LUCCIO
---------------------------------------	-------------------------------	--------------------------

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de dois anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
- no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente;
- no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;
- no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;
- o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;
- o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e
- (VII) é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Este Comitê assessoradora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatório anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, nove vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, o qual observa a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2025, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2025 abordou 16 temas principais, somando 85 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se elas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley - SOX.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance - DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) reuniões realizadas, suas atividades, resultados, conclusões e recomendações feitas ao Conselho de Administração, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, registrando as não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências; e (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras ("Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário").

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley - SOX, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordi-

nária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades

3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2025, foram contempladas, em reuniões do CAE, 12 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2025; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2025.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutária avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensalmente são monitoradas, pelo Comitê, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2025, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 16 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2025; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2024 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2026, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutária, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutária julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2025, no Relatório Anual 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2025, foram tratadas 10 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutária. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIINT 2024; Plano de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT 2025; contratação de serviços de consultoria para apoio à Auditoria Interna e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 32ª Reunião, de 09.12.2025, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito do convênio assis-

tencial e atualização dos trabalhos da Fundação.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutária avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2025, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutária. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela PwC, desses Controles Internos. Na 316ª Reunião, de 17.06.2025, houve a deliberação acerca da revisão da materialidade utilizada pela Administração da Companhia para o estabelecimento de processos corporativos para análise, revisão e atualização da documentação sobre riscos e controles internos, em atendimento à Sarbanes-Oxley.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2025, foram tratadas 8 pautas com o Comitê de Auditoria Estatutária, 6 pautas que trataram o Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal, quando necessário.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2025, foram tratadas 8 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutária. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos e a revisão dos riscos estratégicos corporativos e das subsidiárias integrais.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, analisa periodicamente, em pauta específica, riscos estratégicos da Companhia. Como exemplo, em 2025 alguns dos riscos analisados em agenda específica foram Comercialização de Energia, Contencioso e Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas).

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No decorrer de 2025, foram tratadas 11 pautas sobre transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. O Comitê tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a Administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas e a Política de Gestão de Riscos.”

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutária tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2026, o Comitê de Auditoria Estatutária discutiu seu plano de trabalho, além da Agenda Temática para 2026.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIA

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutária reportou suas atividades em 2025 mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutária emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutária, as Vice-Presidências e Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre de as Superintendências, por meio de suas Vice-Presidências ou Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutária, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente aquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

• Diretoria de Governança, Risco e Compliance

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutária analisaram a proposta de atualização da Política de Integridade e emitiram recomendações, inclusive quanto ao recebimento de brindes, presentes e hospitalidades.

Adicionalmente, por ocasião do reporte do Comitê de Ética e acompanhamento do Canal de Denúncias, o CAE recomendou à administração acompanhamento do tema administração predial e gestão de frotas, entre outras, com análise de fragilidades e os riscos relacionados.

Por ocasião da apresentação do portfólio de riscos do 2º trimestre de 2025, o CAE opinou sobre a classificação de riscos específicos. Já na ocasião em que o portfólio do 4º trimestre foi apresentado, o CAE solicitou unificação de riscos específicos e sua reclassificação. Solicitou, adicionalmente, reporte sobre a interface de gestão de riscos e o planejamento estratégico da Companhia.

Ao longo do exercício, por meio dos reportes periódicos, o CAE acompanhou a discussão dos riscos estratégicos para Companhia. Entre os mais de 40 riscos analisados, destacamos temas relevantes como Barragens, Cibersegurança, Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas), Contencioso e Comercialização de Energia.

• Auditoria Interna

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutária analisaram o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Interna, a metodologia utilizada para elaboração e os trabalhos propostos. Recomendaram análise quanto a suficiência do investimento destinado à capacitação da equipe de Auditoria Interna para o exercício de 2026.

No âmbito do processo de avaliação da Auditoria Interna, os membros do CAE fizeram recomendações quanto a forma de operacionalização do processo, bem como na escala de avaliação apresentada.

• Riscos Temáticos – Resíduo PCB

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutária analisaram a o risco relacionado à Resíduos PCB (Bifenilas Policloradas). Após apresentação da Copel Distribuição S.A. acerca das iniciativas realizadas pela Companhia, o CAE e reforçou a necessidade de manutenção das ações, com vistas à completa eliminação do resíduo, bem como recomendou a continuidade dos reportes ao Comitê ao longo do exercício de 2026 sobre o tema.

• Cibersegurança

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutária, por ocasião do monitoramento da exposição da Companhia aos riscos relacionados à cibersegurança, analisaram os planos de ação de curto e longo prazo para o enfrentamento de eventuais ataques cibernéticos.

Como destaque, o CAE avaliou e fez recomendações para a proposta de alteração da Política de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética, em sua reunião realizada em outubro.

O tema atualmente está sob responsabilidade da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital.

• SOx – Controles Internos

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutária discutiram com a auditoria externa, Price waterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – PwC, durante suas interações, os procedimentos de Auditoria Externa, na qual foram abordados, entre outros, o Status da frente de trabalho SOx/ICFR, oportunidade em que o CAE apresentou suas considerações.

O CAE monitora a metodologia adotada para a análise dos controles internos, bem como, a administração da Companhia em relação à sua responsabilidade pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos; o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

• Reforma Tributária

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutária receberam informações da administração da Companhia sobre a implantação da Reforma Tributária do Consumo no âmbito das empresas do Grupo Copel. Foram detalhadas as ações de curto e médio prazos, estratégias e impactos.

O CAE fez considerações e recomendou que o assunto retorne periodicamente ao Comitê, inclusive no exercício de 2026.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutária, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutária julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2025, no Relatório Anual 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Coordenador

PEDRO FRANCO SALES

Membro

CARLOS BIEDERMANN

Membro Externo e especialista financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Copel Comercialização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

nião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-6

Guilherme Naves Valle

Contador

CRC 1MG070614/O-5



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/02/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/27/COPEL1587812027022026.pdf>
Hash: 1772127481afb33a8c9eb14a708fb241ae6d3790e